

Os velhos-novos desafios do mundo do trabalho

Geruza Fatima Tomé Sabino*

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações críticas da ofensiva do capital sobre o operariado, que na indústria ou no campo produzem riqueza. A hipótese é a de que o que possibilita a continuidade da ofensiva do capital ao trabalho é a nova dinâmica mundial de reprodução e acumulação do capital, pautada em tecnologias notadamente flexíveis, que neste estágio, coincide com um adequado modelo de gestão empresarial igualmente flexível: o toyotismo. Esta forma específica de gestão, que se apresenta como um aprimoramento do taylorismo-fordismo, revela que a organização para o trabalho e as relações engendradas neste ambiente ainda são entraves para a obtenção de lucros extraordinários. Por isto, neste estágio, a ofensiva contra a classe trabalhadora é ainda mais intensa e cruel.

Palavras-chave: mercado de trabalho, administração científica, toyotismo, desenvolvimento tecnológico, relações de trabalho, emancipação humana

Abstract: This article aims to present some considerations criticising the capital offensive over the working class who either in the industry or in the countryside produces wealth. The hypothesis is that, the new worldwide of reproduction and accumulation of capital dynamics is what makes this continuous attack to work possible. Such dynamics are guided by clearly flexible technologies, which match in this stage to an equally managerial model: the Toyotism. This specific management method, which is presented as an improvement of the Taylorism-Fordism, reveals that organisation for labour and the relations created in such environment are still barriers to achieving massive profits. Therefore the attack towards the working class is even more intense and cruel, in this phase.

Key words: Labour Market, Scientific Management, Toyotism, Technologic Development, Labour Relations, Human emancipation.

Introdução

Toda e qualquer literatura que trate sobre a morfologia do mercado de trabalho, se depara com uma complexidade e heterogeneidade de funções e atividades. Estas, só foram possíveis pelo advento do desenvolvimento científico e tecnológico absorvidos pelos fatores objetivos de produção, e pelos sistemas de informação integrados que possibilitam a retirada de uma série de trabalhadores do chão de fábrica para fora dos muros industriais. Agora, a maioria destes ex-operários, filhos do taylorismo-fordismo, são prestadores de serviços precarizados pela flexibilização das relações trabalhistas, terceirizados, subcontratados, ou desempregados mesmo.

A proposta neoliberal de flexibilização e privatização, e a reestruturação produtiva da empresa capitalista, mais enxuta, horizontalizada, em rede, metamorfose desencadeada

* Doutora em Sociologia pela UNESP, campus Araraquara – SP, mestre em ciências sociais pela UNESP, campus Marília-SP, especialista em gestão empresarial e graduada em Administração de Empresas pela Fundação Eurípedes Soares da Rocha - Marília-SP. Professora adjunta no curso de Sistemas de Informação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, em Diamantina - MG.

pela crise de lucratividade do capital na década de 70, o que Antunes¹ denominou de um esgotamento do modelo Keynesiano e Fordista de acumulação de capital, não eliminaram deste cenário a importância dada às relações de trabalho, às relações entre homem-homem e homem-natureza.

O trabalho, essa função essencial à reprodução da sociabilidade humana, continua sendo uma categoria central de análise, ainda mais sendo confrontado com o mundo das liberdades, tão desejado e tão distante no sistema capitalista.

A necessidade primeira de toda a humanidade é obter condições materiais para sua reprodução física e biológica. É preciso estar vivo e saudável para produzir. Na acepção marxiana, é o trabalho, fundamento ontológico da humanidade, que produz por meio da transformação da natureza, os meios necessários à produção e à



reprodução da vida. Isto inclui a produção de alimento, habitação, vestuário, transporte, etc. Neste sistema sócio-econômico, a educação, o direito, a arte, esferas essencialmente ideológicas, não são aspectos menos importantes, pelo contrário, concorrem diretamente para o bom funcionamento da estrutura de dominação e exploração do capital sobre o trabalho.

Toda riqueza material é produzida pelos operários (assalariados), que realizam o trabalho abstrato e produzem mais-valia, ou seja, um trabalho voltado para a autovalorização e acumulação de capital. São os operários que realizam a transformação dos recursos naturais em bens sociais, fundamentais à sobrevivência e ao avanço da totalidade social.

De acordo com as considerações de Lessa (2003), do outro lado, têm-se os trabalhadores assalariados não-operários, ou seja, trabalhadores inseridos em outras práxis sociais não produtoras de riqueza material como educação, arte, direito, linguagem, etc. Apesar deste fato, contribuem para o processo de valorização e acumulação do capital, pois, mesmo não produzindo riqueza material, transformam o dinheiro (obtido por meio da circulação dos bens produzidos), em capital, ou seja, produzem mais-valia.

¹ O autor explica que “[...] a denominada crise do fordismo e do Keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro[...]. Como resposta à sua crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte[...]” (ANTUNES, 2002, p.31).

Tendo em vista este fato, há uma diferença ontológica entre assalariados operários e não-operários, o que inviabiliza a denominação de ambos como trabalhadores na acepção marxiana. Os assalariados não-operários não produzem riqueza material, e deste modo, seus salários são sustentados por aqueles que realmente produzem esta riqueza. Portanto, assim como os burgueses que de forma direta se apropriam da riqueza gerada por meio da exploração dos trabalhadores produtores; de maneira indireta, aqueles que exercem outras práxis sociais assalariadas também vivem da exploração dos operários, ou seja, dependem da manutenção da propriedade privada.

Lessa (2003) sugere que a única classe que vive do seu trabalho, os operários, não tem nada a perder com o fim da propriedade privada por isto são a classe politicamente capacitada a ser o sujeito da revolução.

Observando mais de perto esta problemática, verifica-se alguns questionamentos práticos no interior da indústria, que podem dificultar a luta pela emancipação humana desta classe explorada (produtiva, assalariada), que já não é a maioria da população como no século XIX.

1- Formas de gestão e a luta histórica contra a emancipação da classe trabalhadora

Sabe-se que, quantitativamente, o proletariado tal qual tradicionalmente conhecido, oriundo da indústria genericamente denominada taylorista/fordista, está cada vez menor. Isto porque existe uma revolução, ainda em curso, que substitui por máquinas informatizadas, computadorizadas, as mãos altamente especializadas ou (des) qualificadas dos operários clássicos. Antunes, afirma que essa diminuição é causada pela

[...]reestruturação produtiva do capital, o desenvolvimento da lean production, a expansão ocidental do toyotismo e das formas de horizontalização do capital produtivo, a flexibilização e desconcentração (e muitas vezes desterritorialização) do espaço físico produtivo.[...](ANTUNES, 2002, p.104)

Além disso, a indústria, com seus representantes capitalistas, conseguiu instaurar um novo modelo de operário, os terceirizados, subcontratados, part-time, etc., que se proliferam, advindos dessa flexibilização das leis trabalhistas e, conseqüentemente, da chamada precarização do trabalho imposta pela nova dinâmica capitalista.

Neste momento acima retratado, também é notório o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, principalmente no setor de serviços, que cresce vertiginosamente em contraponto à desindustrialização dos grandes centros. O sistema também exclui os mais jovens do mercado de trabalho. É alegado falta de experiência, precária qualificação, falta de instrução ou inadequação destes jovens. Os mais velhos, com 40 anos ou mais, também são preteridos, restando a estes, o sub-emprego, a informalidade, a indigência. Principalmente estes trabalhadores mais velhos, possuem peculiaridades que os desqualificam para o mercado,

[...]o mundo do trabalho capitalista moderno hostiliza diretamente esses trabalhadores, em geral herdeiros de uma “cultura fordista”, de uma especialização que, por sua unilateralidade, contrasta com o operário polivalente e multifuncional (muitas vezes no sentido ideológico do termo) requerido pela era toyotista. Paralelamente a esta exclusão há uma inclusão precoce e criminoso de crianças no mercado de trabalho, não só nos países asiáticos, latino-americanos, mas também em vários países do centro[...](ANTUNES, 2002,p.112)

Acredita-se que a luta do sistema do capital para viabilizar a heterogeneidade da classe trabalhadora operária e, conseqüentemente, desestruturar as bases que fortalecem sua identidade, sempre esteve em pauta desde a indústria clássica. Se faz necessário minar a luta do trabalho contra a exploração absoluta para garantir a extração da mais-valia. O capital sempre precisou ajustar as suas bases materiais, ou seja, seu aparato tecnológico e científico às suas demandas. A intenção primeira é que, no interior da indústria, a produtividade dependa cada vez menos da subjetividade ou da boa vontade do trabalhador.

Não é uma luta fácil, embora a ciência, patrocinada pelo capital e absorvida pela tecnologia, esteja efetivamente cumprindo o seu papel em alguns setores emergentes da economia.

O desenvolvimento tecnológico-científico para a indústria, que culmina com o surgimento da máquina, possui esta função primordial, retirar das mãos e da subjetividade do trabalhador, a responsabilidade de impor o ritmo da produção. O próprio Henry Ford, em 1914, ao introduzir em suas fábricas a linha de montagem móvel e mecanizada para montagem dos chassis dos automóveis aumentou demasiadamente a produtividade de seus operários, que passaram a montá-los em 1 hora e 33 minutos em contraste com as 12 horas necessárias no ano anterior².

[...]A máquina, assim caracterizada, é a forma adequada do capital; com sua introdução, o capitalismo encontra sua base adequada, ajustando plenamente a base material à forma social. A forma pretérita de produção sob o capitalismo – a manufatura – não consegue realizar este ajuste; a base material é demasiadamente estreita quando o processo de trabalho tem características manufatureiras, quando se fundamenta no trabalho manual do trabalhador parcial com sua ferramenta.[...](NETO, 2003, p.18)

Assim, na era da máquina, o capital intensifica a sua opressão reduzindo os seres humanos a engrenagens eficientes, cujo ritmo intenso da produção, é pré-determinado.

O desenvolvimento econômico-produtivo, sob a égide do capital, passou essencialmente por três fases de acordo com Marx, apresentadas no livro 1 do Capital, a cooperação, a manufatura e a maquinaria.

Na manufatura, na segunda metade do século XIX, como bem analisado por Karl Marx, a essência produtiva é o trabalho manual. São os operários, com suas ferramentas especializadas, os responsáveis pela quantidade e qualidade da produção.

Havia uma especialização das tarefas e uma contínua movimentação de materiais entre os trabalhadores parciais. Neste caso, a força de trabalho ainda detinha conhecimentos, habilidades, sem que o capital obtivesse controle sobre o processo de aprendizagem do ofício. Esse fato possibilitava que o trabalhador, conhecedor absoluto de seu ofício, usasse tal fato como instrumento de barganha e mantivesse seus poucos privilégios na indústria. (NETO, 2003, p.19).

A especialização das ferramentas, sua padronização, a especialização e divisão do trabalho criaram as condições fundamentais para o surgimento da máquina, e esta trouxe a possibilidade do capital se tornar independente da subjetividade operária. Agora a máquina e suas propriedades científicas é que ditam o ritmo da produção e a qualidade do produto previamente especificada.

² Informações retiradas do livro de Maximiano, A.C.A. Teoria Geral da Administração, p.166.

[...]A máquina surge da manufatura e a nega, arrancando o instrumento de trabalho das mãos do trabalhador e colocando-o em um mecanismo, fazendo com que o processo de produção seja agora uma aplicação tecnológica da ciência.[...]O trabalho humano intervém de vez em quando, o trabalho humano vigia, passa a ter funções absolutamente sem conteúdo[...] (NETO, 2003, p.19).

Assim, já em meados do século XIX, havia a possibilidade da utilização da maquinaria em processos produtivos, principalmente na indústria têxtil. A base material ideal ao projeto de dominação do capital sobre o trabalho já estava posta, pronta a se generalizar.

Mesmo com essa possibilidade objetiva posta pela maquinaria, na passagem para o século XX, problemas com relação à dependência do capital para com as habilidades da força de trabalho, recolocam-se de maneira muito intensa.

Isto fica evidente ao analisarmos Taylor em seus estudos sobre a Administração Científica. Um de seus principais feitos foi atacar o problema da não produtividade operária, que notadamente ditava o ritmo de trabalho na indústria, que corroborava com a péssima remuneração que recebiam. O pagamento por peças produzidas ou o pagamento fixo, diário, não estimulava o aumento da produção, que dependia essencialmente da organização, habilidade e em última instância, da vontade do trabalhador.

A primeira ofensiva descoberta por Taylor, por meio de várias experiências, foi ter encontrado, com a utilização do cronômetro, o tempo “ótimo”, “médio”, de produção entre os trabalhadores. Esta quantidade mínima necessária para a produção, agora previamente conhecida, passou a ser imposta de maneira absoluta para todos os operários. Aqueles que conseguissem produzir mais do que o mínimo necessário seriam beneficiados individualmente. Os que não atingissem o mínimo, mesmo depois de serem treinados, seriam excluídos do processo. Esta façanha de premiação individual, que elegia os homens de primeira classe, e os de segunda classe, também era uma arma poderosa contra a organização dos trabalhadores, que até então eram cúmplices. Padronizar o tempo mínimo de produção, padronizar a quantidade mínima de peças produzidas e padronizar as ferramentas utilizadas pelos trabalhadores, foi um golpe fatal desferido de maneira certa, para minar inclusive, a forma como os grupos informais se organizavam dentro das fábricas para lutar contra a exploração.

A intenção de Taylor, ainda não dispendo de maquinário adequado à oficina mecânica, foi a de demonstrar ao trabalhador o que exatamente ele deveria fazer com a sua ferramenta padronizada e especializada. Ou seja, suas habilidades não seriam transferidas para uma outra “entidade”, mas sim, deveriam ser controladas e orientadas pelo gerente ou administrador.

A idéia central do taylorismo seria,

[...]o controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, claro que de forma necessariamente despótica. Em poucas palavras a transformação do homem em máquina, e não a utilização da máquina.[...] (NETO, 2003, p.21)

Mesmo ainda dependente da habilidade operária, já é possível submeter o homem às ordens e demandas do capital, iniciando um processo que tende a esvaziar o trabalhador de sentido ou significado.

Outro autor clássico, que notoriamente se coloca como aquele que contribuiu fortemente para o desenvolvimento do planejamento, organização e controle dos trabalhadores e seus recursos produtivos foi Henri Ford, o criador da linha de montagem móvel, que viabilizou a produção em massa de maneira padronizada.

Segundo Neto (2003, p.21), o Fordismo não seria outro modelo de gestão, superior ao taylorismo. Aquele recoloca problemas que em tese, já deveriam ter sido superadas pela introdução da máquina. Aparece aqui como um complemento da proposta de Taylor, um “desenvolvimento da manufatura”, do trabalho mais artesanal, visto que ainda é extremamente importante o controle da produtividade via controle da subjetividade operária. Não supera os limites da organização produtiva taylorista.

A estrutura rígida da linha de montagem móvel fordista, a padronização das ferramentas, da produção e do produto, não conseguiram submeter o trabalho vivo ao trabalho morto, ou seja, esvaziar de sentido o labor operário e submetê-lo de forma absoluta à dinâmica da máquina. “O ritmo do processo de trabalho, neste caso, e sempre quando o trabalho vivo permanece a base do processo, é determinado empiricamente, por contratação coletiva, por ‘queda-de-braço’”.

O modelo de gestão taylorista/fordista, assim denominado de maneira genérica por grande parte dos estudiosos do assunto, ainda precisa se preocupar com a administração dos tempos e movimentos do trabalho vivo, e se apropriam dos conhecimentos científicos para explorar com maior propriedade as habilidades do trabalhador coletivo, como se fossem máquinas, contribuindo para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de todos os recursos materiais e humanos.

Mesmo a introdução da máquina no século XIX, em um dos setores econômicos mais desenvolvidos como a indústria têxtil, não conseguiu eliminar das indústrias em geral do próximo século, e especificamente das indústrias automobilísticas, os problemas em relação à produtividade dos trabalhadores manuais.

[...]Trata-se da constatação de que o ser humano não se ajusta a um uniforme e sempre crescente ritmo de trabalho. Esta é a raiz das limitações da forma taylorista/fordista; ainda que o capitalismo tenha aperfeiçoado terrivelmente este instrumento humano de produção, a imperfeição humana para movimentos uniformes e contínuos está no centro das limitações da forma taylorista.[...](NETO, 2003, p.24)

Por não possuírem o total controle sobre a produtividade e habilidades da força de trabalho no modelo taylorista e fordista, os embates políticos ofensivos entre a classe trabalhadora e o empresariado, principalmente por questões salariais e demissões em massa, eram constantes em setores importantes da economia, como a metal-mecânica. O trabalhador ainda detinha poder para barganhar alguns benefícios e direitos, que com certeza impunham limite à concentração e acumulação capitalista.

Mas o sistema do capital ainda encontraria um modelo de gestão de recursos e pessoas que se adequaria melhor às potencialidades dispensadas pela tecnologia científica moderna capitalista, cada vez mais avançada, que tem como intuito substituir as habilidades humanas por máquinas: o toyotismo.

Gounet, de acordo com Antunes (1999, p.27), analisa que o sistema da fábrica Toyota intensificou a exploração do trabalho porque propunha que os funcionários trabalhassem simultaneamente em várias máquinas diversificadas de acordo com um sistema de

controle do ritmo da produção, Just in time³ e cartão Kanban⁴, que garantiam um giro rápido dos estoques, abastecimento freqüente e contínuo das áreas de trabalho conforme as suas necessidades e, tudo isso sem desperdício. Controlar a qualidade passou a ser uma função de todos, que devem se debruçar constantemente em Círculos de Controle de Qualidade – CCQ, para resolver problemas, sugerir melhorias e propor novos produtos.

[...] Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores.[...] O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições do mercado[...] (ANTUNES, p. 28, 1999)

É impossível a eliminação da força de trabalho do processo produtivo, visto a característica ineliminável do trabalho que é a de intercâmbio entre homem e natureza para extração da riqueza material. É impossível a eliminação, mas não a diminuição da participação humana no processo produtivo. Nas máquinas são embutidas habilidades de trabalho vivo, e estas ficam cada vez mais complexas, mais potentes. A partir daí, é possível externalizar funções não estratégicas da fábrica para serem executadas por terceiros. Assim, tudo que se espera é flexibilidade na produção e nos direitos trabalhistas.

Estes fatos tornaram possível a fragmentação, a heterogeneidade da força de trabalho e suas complexas relações em um mercado altamente competitivo e cada vez mais dinâmico, dificultando a identidade entre os trabalhadores, ou seja, minando a capacidade ofensiva destes contra o capital.

A *liofização organizacional*, termo cunhado por Juan José Castilho, segundo Antunes é basicamente,

[...]caracterizado pela redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, pela substituição crescente de parcelas de trabalhadores manuais pelo maquinário tecnocientífico, pela ampliação da exploração da dimensão subjetiva do trabalho, pela sua dimensão intelectual no interior das plantas produtivas, além de pela ampliação generalizada dos novos trabalhadores precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta”[...] (ANTUNES, 2003, p.216)

A lógica da sociabilização destrutiva capitalista e suas formas de dominação, a verificação de tamanha diversidade no mundo do trabalho torna ainda mais difícil a luta em prol de um sentimento de pertencimento de classe, a luta pela emancipação.

Atualmente, o trabalhador precisa se autoprogamar para dar conta do ritmo incessante da produção imposta pelas novas tecnologias. Deve se automotivar e estar atento a qualquer falha no processo para que ele possa dar respostas positivas que solucionem o problema. Deve estar preocupado com o cumprimento das metas e com a lucratividade da empresa, ou seja, com a preservação do seu emprego.

Antunes afirma que,

³ Sistema de fabricação que abastece os centros de trabalhos apenas com o necessário, sem desperdícios gerados por altos estoques.

⁴ Cartões de avisos que são utilizados na fábrica para sinalizar a necessidade de reposição de peças nos centros de trabalhos e nos estoques.

[...]Dentro desse ideário, que alguns chamam de Mcdonaldização do mundo, as resistências, as rebeldias e as recusas são inaceitáveis, consideradas atitudes anti-sociais, contrárias ao “bom desempenho da empresa”[...] (ANTUNES, 2003, p.219)

Já o saber intelectual de certa forma preterido nas antigas fábricas tayloristas e fordistas, agora aparece como mercadoria valiosa. Isto não quer dizer que estes trabalhadores qualificados são menos explorados, pelo contrário. São estes profissionais que estão muito mais preocupados com o desenvolvimento de sua performance no interior da empresa, que desejam dar resultados imediatos para cumprir e/ou superar as metas estabelecidas, que vêem no sucesso da empresa um sucesso pessoal. São profissionais que possuem o desejo de galgar patamares hierárquicos mais elevados e se sentem parte integrante desse sistema podendo levar vantagem econômica e social.

Dentro das indústrias existe uma tendência a valorizar trabalhadores com este perfil, que possuem escolaridade superior, pois estão planejando, organizando e controlando os esquemas estratégicos dos negócios. São hábeis na gestão das tecnologias da informação, que estreitam e agilizam as relações mercadológicas com o mundo todo, oferecem maior fluidez ao capital, e superestimam o valor da ciência aplicada à técnica.

Enfim, no mercado de trabalho altamente fragmentado, estes trabalhadores qualificados e mais intelectualizados, que em tese, poderiam ser o pólo forte e rebelde na luta operária, por possuírem maiores conhecimentos e condições objetivas para questionar práticas empresariais que fragilizam as condições de trabalho, estão objetivamente e subjetivamente comprometidos com o resultado e o futuro do negócio.

Sobre este dilema, o autor acima citado comenta

[...]Sabe-se que aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram junto com o avanço tecnocientífico, pelo papel central que exercem no processo de criação de valores de troca, estão dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade e força nas suas ações. Mas, contraditoriamente, esses setores mais qualificados são objeto direto de intenso processo de manipulação e envolvimento no interior do espaço produtivo e de trabalho[...] (ANTUNES, 2003, p.220)

Sendo assim, a quem caberia lutar contra esse poder irrefreável, se a classe operária tradicional, desqualificada ou semi-qualificada aos moldes do taylorismo ou fordismo, está sendo posta para fora das fábricas, permanecendo numa situação de desemprego ou em trabalhos precarizados (terceirizados, sub-contratados, etc.), e a classe trabalhadora mais intelectualizada está mais suscetível às pressões neocorporativas porque está, subjetivamente, mais envolvida com o processo de tomada de decisão e com as relações de poder?

Admite-se que os trabalhadores inseridos em novos movimentos sociais, o elo mais frágil da economia capitalista, e que estão fora dos muros das grandes indústrias, podem propor, por causa de suas condições precarizadas, alternativas de sobrevivência. Estas, podem se revelar, em última instância, ser formas de contestação das relações sócio-econômicas e política capitalistas. Algumas cooperativas e associações no interior da chamada economia solidária, o Movimento dos Sem Terra e suas formas de organização econômica, por mais problemáticas que ainda sejam, revelam uma angústia coletiva, uma não satisfação e por vezes, uma revolta profunda contra o “status quo”.

É possível que estas suscetíveis crises econômicas, que fragilizam ainda mais a sobrevivências das classes sociais mais pobres e acabam por esmagar aquelas que já

estão totalmente degradadas, seja o estopim de uma reviravolta sócio-econômica e política que precisa ser alavancada para o bem de todos os cidadãos. De posse dessas novas manifestações, que trazem em seu bojo, ideologias mais condizentes com a necessidade da emancipação e desenvolvimento humano, a totalidade social pode e deve repensar esta forma de organização da produção da vida objetiva e subjetiva, na qual milhões de pessoas estão sendo postas para fora do circuito da produção de riqueza e sobrevivendo das migalhas de um sistema que se fortalece produzindo desigualdades diversas, desrespeitando as diferenças e lucrando com a ignorância.

Referências

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J.R.(Orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.213-224.

_____. *Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editor da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

LESSA, Sergio. Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários. In: BOITO, A.(Org.). *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003, p.259-268.

NETO, Benedito de M. *Século XX e trabalho Industrial: Taylorismo/Fordismo, Ohnismo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.